



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
27 DE NOVEMBRO DE 2020 - Nº 21/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente João Pedro Costa Arraiolos e com a participação dos Senhores Vereadores Casimira Pereira Alves, Sónia Sanfona e António Moreira. Verificou-se a ausência do Senhor Presidente, Mário Fernando Atracado Pereira, por motivos pessoais. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 20/2020 - Reunião realizada no dia 13/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 – Proposta – Transmissão do Direito de Superfície dos Lotes 117/118/119 e 120 da Zona Industrial de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 03 – Proposta – Pedido de Certidão de Emparcelamento Rural.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----





Ponto 04 – Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 05 – Proposta – Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2020 a liquidar em 2021 – D.L. Nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a Redação Atualizada.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 06 – Proposta – Participação Variável no IRS – Valor Percentual para o Ano de 2021, Número 1 do Artigo 26º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro, na Redação Atualizada – Lei das Finanças Locais (LFL).-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 07 – Proposta – Taxa de derrama – Ano de 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

Ponto 08 – Proposta – Medidas de Apoio à População e ao Comércio Local – Prorrogação de Isenção de Taxas e Licenças.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----





ABERTURA DA REUNIÃO-----

---A reunião foi aberta pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, João Pedro Costa Arraiolos, eram quinze horas e onze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e seis de Novembro de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 660.582,38 Euros (seiscentos e sessenta mil, quinhentos e oitenta e dois euros e trinta e oito cêntimos).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---O Vice-Presidente começou por informar a evolução da situação da pandemia do covid 19 no Concelho de Alpiarça, que apresentava à data de ontem, cinco casos ativos, trinta e dois recuperados e quatro óbitos.-----

---Interveio de seguida a Vereadora Sónia Sanfona, que cumprimentou os presentes e disse que tem constatado que o Senhor Presidente vai dando a informação sobre a evolução da pandemia do covid 19 no concelho, na sua página pessoal do facebook. Perguntou se o Município não considera a possibilidade dessa informação ser dada através do site institucional da Câmara, que é mais acessível a todas as pessoas, considerando que é uma informação útil. Ainda relativamente aos dados disponíveis, parece-lhe uma situação razoável, se comparada com outros concelhos. Considera que as pessoas têm respondido às mensagens e aos apelos que têm sido feitos, quer a nível municipal, e bem, quer a nível nacional, situação que se deve lutar para manter. Recordou que já tinha pedido se era possível a Câmara fornecer-lhe o Plano inicial de investimentos das Águas do Ribatejo e que até à data não lhe foi feito chegar; deu nota que mantém o interesse em que o mesmo lhe seja remetido. Ainda sobre as Águas do Ribatejo (AR) disse que as pessoas têm cada uma a sua forma de estar na vida pública e acha que os assuntos institucionais têm de ser tratados no lugar próprio. Afirmou que não é grande fã do facebook ou das redes sociais, achando que estas servem para alimentar polémicas e inflamar as pessoas com muita informação contraditória e muitos factos que não são factos e muitas verdades que são meias verdades. Entende que quem tem responsabilidades públicas tem de trabalhar com seriedade e com a verdade dos factos. Disse que não ouviu ainda, do ponto de vista institucional, nenhuma reação ao que tem vindo a ser tornado público, da parte do Sr. Presidente, que é membro da Assembleia





Geral das AR e perguntou-lhe se tem intenção ou não de se manifestar publicamente sobre o que se tem vindo a passar. O que percebe da comunicação social é que terá sido constituída uma associação de utilizadores/consumidores de água das AR, para reclamar de um conjunto de faturas com exagerados. Acrescentou que no início parecia-lhe que esta questão tinha apenas a ver com os municípios de Almeirim e Coruche, devido ao tratamento integrado das águas e dos resíduos e que haveria alguma falha na elaboração das faturas que tinham sobrecarregado os munícipes com valores que resultavam das leituras que não eram feitas e que depois acumulavam em termos de escalões. Não percebe porque é que até ao momento, do ponto de vista institucional, as próprias AR não tomaram uma iniciativa de virem a público esclarecer esta situação e declarou que viu uma entrevista do Presidente das AR, Francisco Oliveira, onde responde a algumas questões, mas não lhe parece que se tenha referido ao essencial. Acha que o que é importante perceber é em que medida é que esta situação das faturas com valores elevados e que não correspondem a consumos reais afeta o município de Alpiarça e os seus consumidores. Por outro lado quer perceber o que é que as AR estão a fazer para corrigir os erros, porque admite que haja situações que estejam corretas. O que lhe parece é que há erros nalguns casos, noutros casos são situações que resultam do facto de não haver leituras e os escalões irem aumentando. Afirmou que este assunto merecia um esclarecimento cabal das AR e, em Alpiarça, do Sr. Presidente da Câmara, o que achava correto e importante que viesse esclarecer e de alguma maneira tranquilizar as pessoas, porque entende que há uma situação que está em crescendo e que é complicada de gerir. Disse que lhe fizeram chegar uma mensagem que houve um funcionário das AR que tinha sido agredido em Alpiarça, não sabendo se isto corresponde à verdade, mas considera a sua fonte fidedigna. Não considera que as AR sejam uma associação de malfeitores, as AR são dos municípios e provavelmente cometem erros e há situações que podem ser melhoradas, não demoniza esta situação porque não tem dados para a demonizar e não tem as pessoas como malfeitores. Julga que o grupo dos municípios que compõem as AR o que pretende é servir melhor os seus munícipes e se há erros que se corrijam, se há situações injustas para as pessoas que se corrijam e que de alguma forma se esclareça tudo isto para tranquilizar as pessoas e não deixar que cresça, nalguns casos aproveitamento, noutros casos indignação das pessoas. Mencionou que tem visto noutros municípios que tem havido reuniões frequentes das Comissões Municipais de Proteção Civil, com





vista à análise, não só da situação presente da pandemia, mas também na preparação de instrumentos e de respostas para o caso de situações mais graves. Considerando que estas comissões integram diversas entidades, como as de saúde pública, perguntou se em Alpiarça têm reunido e analisado a situação.-----

—Pedi a palavra o Vereador António Moreira, que cumprimentou os presentes e disse, sobre as AR, que são muitas as queixas que lhe aparecem no dia a dia, porque anda muito na rua e é contactado pelas pessoas, algumas que se dirigem a si para ajudar a resolver alguns problemas. Referiu que já tem ajudado algumas pessoas a pagar água e que não o sabem fazer. Disse que há meses que vem a chamar a atenção ao Sr. Presidente da Câmara para que chame a atenção das AR e que eles se calhar não sabem que mais de 50% da população de Alpiarça ou dos clientes das AR não têm internet, não sabem trabalhar com a internet, não sabem fazer marcações para serem atendidos, são pessoas com setenta ou oitenta anos e perguntou se será que é difícil uma pessoa que vive no meio ambiente de Alpiarça e de outras terras não verem essa situação. Situação essa que é gravíssima, pois já viu pessoas a chorar à porta das AR e depois a empregada vai à porta para dizer que não pode atender porque essa senhora não tem marcação. Questionou se será possível que as AR não consigam entender que estas situações de conflito existem precisamente porque não querem ter um pouco de visão. Acha que as AR são uma pessoa de bem, que são precisas, que têm feito um bom trabalho, mas está na altura das AR, que têm tido muitas reclamações e queixas, tomarem providências e resolver os problemas. Perguntou se será que é preciso sucederem agressões, situação que qualquer dia se pode tornar muito mais complicada. Acha que não custa nada, a Câmara Municipal que tem assento na assembleia das AR, de uma vez por todas ajudar a resolver um problema que é fácil. Chamou a atenção do Executivo para a questão das telecomunicações em Alpiarça, pensa que estas empresas usam e abusam da situação e chega à conclusão que tem a certeza que grande parte dos fios que estão pregados nas paredes das pessoas, em vinte, dezassete não são precisos, estão desativados e depois sucede o que sucedeu há dois meses, que um indivíduo cortou os fios e está toda uma parte da população sem televisão, sem telefone e sem internet há dois meses. Entende que era tempo do município contactar as empresas e chamar a atenção que devem retirar os fios que não são precisos e pensa que o





município, que autoriza e recebe uma verba para a passagem dos fios, deve pedir que haja um pouco mais de respeito pela população de Alpiarça.-----

—Pedi a palavra a Vereadora Sónia Sanfona para dizer que, não sendo uma coisa da responsabilidade do município, acha que o município podia ajudar, uma vez que pode exercer alguma influência. Trata-se dos serviços públicos que têm estado a funcionar, na maioria dos casos com a situação que foi referida, ou seja, as pessoas têm de fazer marcação para poderem ser atendidas. Um dos serviços públicos que está a funcionar assim é a conservatória e acontece que a conservatória está a funcionar com base numa plataforma de marcação do atendimento, que é nacional e, sendo nacional, mesmo as pessoas de Alpiarça que conseguem aceder às marcações, que são poucas, porque aqui as pessoas têm ainda alguma dificuldade, sobretudo as mais idosas em estarem a fazer marcações pela internet, que não é fácil. Disse que até nos centros de saúde se percebeu que havia dificuldade das pessoas poderem marcar consultas e que até eram mais rápidas através dessas plataformas, mas o que acontece é que como a plataforma é gerida a nível nacional, a conservatória em Alpiarça não consegue muitas vezes atender as pessoas de Alpiarça e resolver os problemas aos seus munícipes. Referiu que a conservatória está manifestamente entupida com escrituras, com levantamentos de cartão de cidadão e uma série de outras coisas de pessoas de outros sítios, que fazem a marcação, marcam o expediente para aqui e conseguem fazer uma escritura e em vez de esperarem 3 meses esperam 2 semanas. Acrescentou que isto resulta num prejuízo objetivo para os nossos munícipes, que não conseguem vaga para tratar dos seus assuntos, quando estão duas pessoas permanentemente dentro da conservatória e o que acontece é que isto gera alguma indignação, que se tem de compreender. Disse que as pessoas passam ali inúmeras vezes, precisam de tratar dos seus assuntos e não as atendem, se baterem à porta não atendem, mas estão lá duas pessoas disponíveis. Salientou que era importante, ou com o Secretário de Estado que tem as autarquias ou com outro membro do governo que pudesse de alguma maneira permitir que se comunicasse esta situação, para perceberem o que se está a passar. Declarou que a câmara não tem responsabilidade nisto nem pode fazer muito ou ir dar instruções à conservatória para atender as pessoas de Alpiarça, mas o que é certo é que este sistema, que funciona seguramente para as grandes cidades, não funciona para conservatórias





pequenas como a nossa, que devia de estar em condições de servir a nossa população e de tratar dos assuntos dos alpiarcenses.-----

---O Vice-Presidente respondeu às questões colocadas. Em relação à informação do ponto de situação do covid19 disse que o Presidente tem procurado manter os munícipes atentos através da sua página pessoal, ficando a sugestão da Vereadora Sónia Sanfona, que será transmitida. Sobre o Plano de Investimentos das Águas do Ribatejo, tem a informação dos serviços ainda não o conseguiram encontrar no arquivo, mas, se for necessário, o Plano será solicitado às AR. Quanto à intervenção da Vereadora sobre as AR, considerou que há um aspeto concordante, que é a responsabilidade que os eleitos têm na causa pública e que as próprias AR resultaram de um conjunto de interesses por parte dos municípios que a compõem, porque assim se achou que seria benéfico para todos. Sublinhou que já foi demonstrado que acaba por ter um sistema de tarifário inferior a outros serviços semelhantes, que continua a ser uma empresa totalmente pública e que todo o ruído que se faça à volta, independentemente de haver casos em que as pessoas tenham razão, normalmente resulta numa situação de aproveitamento, onde não se particularizam as questões ou não se vai objetivamente ao assunto em causa e acaba por haver tendências a generalizar e a criar um tipo de ambiente e de atitude em que as pessoas que se sentem lesadas se revoltam de uma determinada forma, sem analisarem os assuntos com a devida ponderação. Recordou que é uma situação que diz respeito às AR em que os Presidentes de Câmara que dela fazem parte, estão preocupados com esta situação e estão a trabalhar no sentido de passar a informação às pessoas da importância de todo o serviço que é prestado, qual o tipo de serviço que as pessoas queriam, o objetivo, a missão, e isso é também uma comunicação que terá de chegar às pessoas e tentar esclarecê-las em relação aos assuntos em concreto. Referiu que este tipo de situações têm de ser devidamente ponderadas e disse que a CDU estando em minoria nas AR até podia tomar uma atitude e uma posição extremamente populista, criar algum ruído e ficar como os bons da questão. Realçou que esta não seria uma postura responsável em relação ao assunto. Admitiu que esta questão está a penalizar algumas pessoas, situações que têm de ser avaliadas nas formas de comunicar e de cobrar, havendo que estabelecer limites e que quando surgir uma situação anómala, esta seja avaliada, evitando este tipo de situações que as pessoas, com todos os condicionantes têm dificuldade em resolver. Disse partilhar da ideia da ponderação, da análise por





parte das pessoas, da verificação se, em relação ao ano inteiro a diferença dos valores é muito grande ou não, havendo muitas questões que têm de ser analisadas e não meter tudo no mesmo saco. Deu nota que as próprias AR já chegaram à conclusão que existe um conjunto de situações anómalas, que não fazem parte do todo o geral do funcionamento e de faturação. Relativamente às reuniões da Comissão de Proteção Civil, disse que irá transmitir a questão ao Presidente, confirmando que houve uma há pouco tempo. Relativamente à dificuldade de as pessoas acederem aos serviços, admitiu que faz sentido e que as pessoas devem ter respostas, existindo preocupação por parte dos Presidentes de Câmara nessas matérias, em que as próprias entidades têm de esclarecer as pessoas. Realçou que o ónus destas situações acaba por cair em cima dos Presidentes de Câmara, e no caso das AR, onde acabam por fazer parte as administração e têm as suas responsabilidades, mas em que a gestão da empresa é feita por uma equipa que tem de trabalhar nesse sentido. Lembrou que é de todo o interesse por parte dos intervenientes e das Câmaras que fazem parte das AR, que esta situação se resolva e que a informação chegue às pessoas de uma forma limpa e correta e que possam ver respondidas as suas reivindicações. Sobre a questão dos fios de comunicação, pensa que em termos de futuro vai ter de fazer parte da agenda dos municípios e que as novas tecnologias que se adivinham, vão no sentido de eliminar grande parte destas necessidades, sendo uma situação transversal a muitos municípios, tendo a forma de comunicação evoluído demasiado rapidamente para as estruturas que existiam e a evolução terá de ir no sentido de eliminar este ruído visual que existe nas vilas e nas cidades. Quanto aos valores que a Câmara recebe das empresas, são completamente irrisórios, na ordem dos cinquenta a sessenta euros por mês de cada uma das operadoras. Na questão da conservatória disse que não diz respeito ao município, mas que diz respeito aos munícipes e os problemas não são só na conservatória, mas num conjunto de serviços da administração central, estando de acordo que já tiveram mais que tempo suficiente para se reorganizar e tentar dar outro tipo de resposta às pessoas e que ainda não o fizeram. Recordou que o próprio Município se conseguiu adaptar, com períodos de atendimento, podendo fazer marcações fora desse período, mas também já aconteceram situações em que as pessoas apareceram fora do período definido e, acabaram na mesma por ser atendidas, uma vez que houve condições para isso. Entende que todas as entidades sob tutela da administração central nas mais diversas áreas também deveriam





fazer mais, no sentido de dar respostas e o Município vai manter-se atento e pressionante em relação a este assunto.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona pediu a palavra para referir que nos compete dar conta à administração central que as coisas já passaram o tempo de adaptação, que toda a gente já teve que se readaptar e encontrar novas soluções e neste momento já é altura de se encontrarem soluções para resolverem os problemas. Relativamente às AR disse que os senhores Presidentes de Câmara compõem a Assembleia Geral das AR e nessa medida não são eles diretamente que administram as AR, considerando que a empresa tem um conselho de administração e uma equipa que a administra, mas que recebe instruções da Assembleia Geral e ninguém melhor que os Presidentes de Câmara, que estão a sofrer as consequências destas situações anómalas e dos problemas que surgiram. Admitiu ser natural que as pessoas não saibam quem é o administrador das AR, mas sabem quem é o Presidente da sua Câmara, e canalizem para ali as suas questões, as suas dúvidas e os seus problemas. Mencionou que os senhores Presidentes de Câmara devem rapidamente dar instruções ao Conselho de Administração das AR, para não só ver ou equacionar como é que estas situações devem ser resolvidas e com certeza que se encontrará solução para algumas, mas também e sobretudo vir a público acalmar as pessoas, dando conta, de uma forma positiva, do que é o seu trabalho e do que tem sido a vida das AR e o fornecimento de um serviço essencial às pessoas, e naturalmente esclarecer, clarificando estas coisas. Afirmou ainda que quem pretende aproveitar-se destas situações tem o palco todo e gera naturalmente um conflito que, com ou sem razão, o que é certo é que as pessoas depois o que vêm passar sistematicamente é esta mensagem. Acrescentou que é importante a empresa dar um sinal às pessoas, de que as situações estão a ser resolvidas, estão a ser apuradas, não virando a cara a nenhuma situação. Disse que ainda hoje no jornal “mirante” on-line viu que houve um senhor, advogado, que intentou uma ação contra as AR e perdeu essa ação, que tinha a ver com um excesso de cobrança, o que prova que há situações que seguramente não correspondem à realidade e que são faturas mais pesadas de consumo, mas de consumos que foram feitos. Reiterou que é preciso separar o trigo do joio, mas é preciso que a empresa dê um sinal que se está cá para resolver as situações que de facto precisam de ser resolvidas e que correspondem a situações que foram mal calculadas, senão deixa-se o campo para um aproveitamento que não é útil para ninguém.-----





Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.-----

Proposta de Ata n.º 20/2020 - Reunião realizada no dia 13/11/2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---Não houve intervenções.-----

---O Vice-Presidente colocou a Ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto 02 – Proposta – Transmissão do Direito de Superfície dos Lotes 117/118/119 e 120 da Zona Industrial de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O Vice-Presidente começou por propor a correção do número dos lotes constantes na proposta, que não são 117/118/119 e 120, mas sim 17/18/19 e 20. Foi feita a correção. Fez de seguida a apresentação da proposta. Disse ainda que se trata de a Câmara exercer ou não o direito de preferência em relação aos lotes, bem como o pedido de pagamento de compensação, conforme determina o regulamento da Zona Industrial.-----

---O Vereador António Moreira perguntou se a firma António Borges se enquadra no regulamento da Zona Industrial, questionando se é na parte que refere a exploração florestal e desenvolvimento e formação profissional agrícola.-----

---A Dra. Carla Borba confirmou que o enquadramento é o referido, considerando também que a firma já está implantada na Zona Industrial.-----

---O Vice-Presidente confirmou que a empresa já está a laborar há alguns anos na Zona Industrial, que pretende adquirir uma parte dos lotes (dezanove e vinte), onde se encontra uma oficina. Os





lotes dezassete e dezoito, onde está uma lavagem de automóveis, serão adquiridos pela empresa Alcides Catroga.-----

---Não houve mais intervenções.-----

---O Vice-Presidente colocou a Proposta de Transmissão do Direito de Superfície dos Lotes 17/18/19 e 20 da Zona Industrial de Alpiarça à votação, que foi aprovada por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

Ponto 03 – Proposta – Pedido de Certidão de Emparcelamento Rural.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

---O Vice-Presidente solicitou a intervenção da Engenheira Carla Cunha, que esclareceu os pressupostos desta operação.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Vice-Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

Ponto 04 – Proposta – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vice-Presidente fez a apresentação da proposta.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Vice-Presidente colocou a proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano 2021 à votação, que foi aprovada por unanimidade, nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 05 – Proposta – Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2020 a liquidar em 2021 – D.L. Nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a Redação Atualizada.-----





Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vice-Presidente fez a apresentação da proposta. Sublinhou que neste imposto os municípios têm possibilidade de fixar, mediante deliberação da Assembleia Municipal, a taxa a aplicar em cada um dos anos. Declarou que apesar do Município ter baixado o seu passivo, continua com alguma pressão devido à dívida de curto prazo e elencou um conjunto de investimentos previstos, concentrados apenas no ano de dois mil e vinte e um. Salientou também que há uma grande incerteza em relação a outras receitas municipais, designadamente as relacionadas com a atividade económica, tendo em conta a situação de pandemia. Apesar disso entendeu-se, de uma forma razoável e a garantir toda a prestação de serviços feita aos munícipes e ainda à assunção de competências e do seu cumprimento por parte do Município, apresentar a proposta de descida do IMI para 0,39 (zero virgula trinta e nove), considerando tudo o que foi dito. Em relação aos prédios rústicos a proposta é de manter a taxa a aplicar, em 0,80 (zero virgula oitenta).-----

---A Vereadora Sónia Sanfona referiu que o Partido Socialista, no âmbito do estatuto de direito de oposição recebeu da parte do município um convite para sugerir um conjunto de medidas para, eventualmente, constarem do próximo orçamento. Uma das medidas sobre as quais se pronunciaram foi em relação ao IMI e à Derrama. Mencionou que a informação dada pelo município é sempre a mesma, ou seja, a informação dos serviços é que há um conjunto de investimentos que estão em curso, há um conjunto de responsabilidades que têm de ser cumpridas e a sugestão é sempre cobrar a taxa pelo máximo. Considerou que cabe ao Município, analisando a situação do país e, sobretudo do município, refletir sobre a mesma e decidir que tipo de medidas pode tomar para, tendo em conta a situação concreta do momento, dar um contributo para que a vida das pessoas não esteja tão sobrecarregada, como tem estado neste período pandémico. Declarou que devido à pandemia, existem inúmeras situações de desemprego, de empresas a encerrarem e as pessoas estão numa circunstância muito débil. Por isso, na sua opinião, admitiu que se podia ir mais longe do que aquilo que o Executivo propõe, tendo em conta a incerteza que se enfrenta relativamente ao que vai acontecer e que o que se tem como certo é que a situação não vai melhorar. Considera que esta é uma altura excepcional e que a Câmara





deveria dar um sinal mais forte e de acordo com o que a situação reclama, e a sua proposta para o valor do IMI para dois mil e vinte e um é a descida da atual taxa para 0,36 % (zero virgula trinta e seis por cento). Salientou que a diferença da receita entre a proposta do Executivo e a sua proposta, cifra-se abaixo dos cem mil euros e mesmo que fosse necessário sacrificar algum do investimento previsto para o próximo ano, julga que seria um sinal que se dava para dar algum alento às pessoas porque muitas delas são proprietárias de casas mas não são propriamente ricas. Declarou ainda que o que está proposto pelo Executivo é uma descida, e por isso não irá votar contra essa proposta, sendo sua intenção abster-se nesta votação.-----

---O Vereador António Moreira também considera que a proposta do município ficou aquém do que esperava, mesmo tratando-se de uma descida. Pensa que o município não se preocupa, de certa maneira, com algumas situações que possam existir e que são preocupações do Governo e da Autoridade Tributária, referindo-se ao artigo cento e doze do IMI, que fala sobre o IMI Familiar. Entende que o executivo deveria ter mais preocupações com as pessoas com mais dificuldades. Vai também optar pela abstenção, tendo em conta que a proposta do Executivo é uma descida.-----

---O Vice-Presidente disse que se tem feito um percurso no sentido de acompanhar a situação do próprio Município e lembrou que, durante cinco anos, a Câmara teve a taxa mínima de IMI e que em dois mil e dezasseis foi feita uma operação de substituição de dívida que ficou deserta, o que condicionou o futuro próximo do Município e que isso levou a modificar a estrutura deste imposto, de forma a garantir a sustentabilidade do Município de Alpiarça. Sublinhou que, de qualquer das formas, comparando os últimos dez anos, estamos bem abaixo de outros municípios, e que estamos muito próximos de uma taxa média de 0,35 (zero virgula trinta e cinco), ao longo de todo este percurso. Contudo, isso não invalida toda a situação que foi descrita e que preocupa a todos, mas que, tendo em conta o conjunto de investimentos que estão definidos e a indefinição de algumas receitas, entendeu-se que seria mais prudente, considerando também que toda a situação pandémica conduziu a um aumento significativo de despesas e a uma manutenção dos apoios ao comércio local e a um conjunto de outras situações, abdicando de uma parte das receitas, achou-se por bem propor uma descida, mas de forma prudente e a garantir a sustentabilidade do próprio Município.-----





---O Vice-Presidente colocou de seguida a proposta de Imposto Municipal de Imóveis (IMI) – Valor percentual para o ano de 2020 a liquidar em 2021 – D.L. Nº 287/2003, de 12 de Novembro, com a Redação Atualizada, à votação, que foi aprovada por maioria, com dois votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS), nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona fez a seguinte declaração de voto: “Como referi na minha intervenção, os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se relativamente a esta proposta porque ela configura uma descida, se configurasse uma manutenção ou uma subida, nós votaríamos contra. Configurando uma descida abstemo-nos nesta votação porque apresentámos, em sede própria, e o que defendemos para este imposto é uma descida maior e portanto, nós avançámos com uma proposta de descida do IMI para os zero virgula trinta e seis por cento e consideramos que essa seria a descida adequada àquilo que são as circunstâncias perfeitamente excecionais que o município está a viver, conjuntamente com o resto do País. Portanto daí a razão da nossa abstenção.”.-----

Ponto 06 – Proposta – Participação Variável no IRS – Valor Percentual para o Ano de 2021, Número 1 do Artigo 26º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro, na Redação Atualizada – Lei das Finanças Locais (LFL).-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vice-Presidente fez a apresentação da proposta, que vai no sentido da aprovação de uma percentagem de participação de cinco por cento no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Alpiarça.-----

---Não houve intervenções.-----

---O Vice-Presidente colocou de seguida à votação a proposta de Participação Variável no IRS – Valor Percentual para o Ano de 2021, Número 1 do Artigo 26º da Lei Nº 73/2013, de 3 de Setembro, na Redação Atualizada – Lei das Finanças Locais (LFL), que foi aprovada por maioria,





com dois votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS), nos termos e fundamentos da proposta apresentada.-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 07 – Proposta – Taxa de derrama – Ano de 2021.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vice-Presidente fez a apresentação da proposta, que vai no sentido da aplicação, para o ano de dois mil e vinte um, a taxa de um virgula cinco por cento para os sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior superior a cento e cinquenta mil euros, e de um por cento para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. No sentido de fomentar a empregabilidade no concelho de Alpiarça, propõe-se a isenção de Derrama para dois mil e vinte e um, para as empresas que, cumulativamente, tenham fixado a sua sede no Concelho de Alpiarça no ano de dois mil e dezanove e dois mil e vinte e que criem ou mantenham três ou mais postos de trabalho.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona referiu que os Vereadores do Partido Socialista votarão contra a manutenção desta taxa, porque entende que estes são impostos que caem, neste caso, sobre as empresas e a situação não é melhor para estas do que aquela que é para as pessoas. Acrescentou que se se quer salvar ou ajudar a salvar algumas das empresas do concelho, tendo em conta que os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um são anos muito complicados, devia ser dado um sinal, e a sua proposta vai no sentido de descida de meio ponto percentual, ou seja, passar de um e meio por cento para um por cento. Disse que as empresas criam postos de trabalho mas que vamos ter um problema sério com o desemprego e entende que também aqui o município deveria dar um sinal claro de que estará disponível, naquilo que é a sua capacidade para incentivar e contribuir para as empresas que estão fixadas no concelho.-----

---O Vereador António Moreira questionou se não seria mais justo criar um nove escalão intermédio, entre os zero e os cento e cinquenta mil euros de volume de negócios, que abrange-se as pequenas empresas.-----





---O Vice-Presidente disse, em relação às questões que foram abordadas, que convém ter a noção do que se está a falar. Mencionou que uma empresa que fatura quarenta mil euros por ano, poderá ter de lucro cerca de oito mil euros e que a taxa corresponde a um por cento do lucro tributável. Lembrou que este conjunto de receitas do Município servem para que este os aplique ao serviço dos munícipes, e que bastava que o Governo cumprisse a lei das finanças locais para que o Município pudesse reconfigurar toda a forma de receitas. Recordou também que os municípios cada vez têm mais competências, mais responsabilidades e cada vez se fomenta que tenham menos receitas, colocando em causa a sua sustentabilidade. Disse que o período entre dois mil e onze e dois mil e dezasseis foi de total asfixia dos municípios, o que poderia ter conduzido a caminhos menos bons para alguns. Defende que a possibilidade de intervenção dos municípios seja cada vez maior, tendo as condições para isso, até porque está provado que qualquer euro aplicado pelos municípios tem mais rentabilidade do que na administração central. Realçou também que quando se determina um conjunto de caminhos diferentes, se está a retirar essa possibilidade aos municípios. Quanto à questão de potenciar a fixação de empresas, lembrou que a proposta isenta a Derrama para as empresas que se instalaram em Alpiarça nos últimos dois anos, que criem e mantenham três ou mais postos de trabalho, o que é um sinal para quem se queira instalar no Concelho. Entende que estar a abdicar de meio por cento para empresas de grande dimensão e que têm lucros, e este ano será um ano péssimo para as atividades económicas que dificilmente terão lucro tributável, e nestes casos o meio por cento nem ajuda nem deixa de ajudar. Acrescentou que prescindir dessa mesma receita só irá ajudar os que têm mais lucros e não propriamente os que têm maior dificuldade.-----

---O Vice-Presidente colocou de seguida a Proposta de Taxa de derrama para o Ano de 2021 à votação, que foi aprovada com o seu voto de qualidade, com dois votos a favor (CDU) e dois votos contra (PS), nos termos da proposta apresentada.-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Ponto 08 – Proposta – Medidas de Apoio à População e ao Comércio Local – Prorrogação de Isenção de Taxas e Licenças.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Remeter à Assembleia Municipal:-----

---O Vice-Presidente esclareceu que esta proposta vai no sentido da prorrogação de isenção de taxas e de um conjunto de apoios que o Município tem vindo a definir de sessenta em sessenta dias. Disse ainda que se está a preparar uma proposta em relação às taxas de ocupação de esplanadas e de toldos para o ano de dois mil e vinte e um.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona mencionou que as circunstâncias são piores do que aquelas que já se viveram e justifica-se a manutenção destas medidas e de outras acrescidas, relativamente à atividade comercial e ao apoio do município.-----

---O Vice-Presidente colocou de seguida a Proposta de Medidas de Apoio à População e ao Comércio Local – Prorrogação de Isenção de Taxas e Licenças, à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Deliberado ainda remeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

---Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Vice-Presidente, eram dezasseis horas e quarenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Vice-Presidente.-----





Município de Alpiarça

Câmara Municipal

ATA N.º 21/2020 RC 27 DE NOVEMBRO 2020 - MANDATO 2017 - 2021

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

João Pedro Costa Arraiolos

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

